

## **ATA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO MOSAICO DE ÁREAS PROTEGIDAS DA AMAZÔNIA ORIENTAL**

---

Casa do Governador, Macapá, Amapá.  
17 e 18 de junho de 2015.

Às 09:00 horas do dia 17 de junho de 2015, Christoph Jaster abre os trabalhos saudando a todos e lê a ata da IV Reunião que ocorreu na Vila de São Francisco de Iratapuru, RDS do Iratapuru, em novembro de 2014. Marcos Kowarick, perito do Incra, faz considerações sobre a legislação ambiental relativa às compensações a que se faz menção na ata da IV reunião, apontando incongruências no debate e propondo que o Conselho se empenhe em qualificar melhor a compreensão da legislação a fim de evitá-las. Marcos Pinheiro lê a pauta da reunião. Aprovada. Dando prosseguimento à reunião e seguindo a pauta, Décio Yokota e Edilza Serrano, do IEPÉ, explicam que o consultor Airton Ferreira Gonçalves Neto, que ficou encarregado de fazer o diagnóstico das cadeias produtivas da Perimetral, não entregou nenhum produto, mesmo que todas as condições a seu trabalho tenham sido proporcionadas para isso, e mesmo que tenha sido insistentemente cobrado. Esta consultoria foi cancelada. Dando prosseguimento à pauta, Bárbara Cardoso e Charly Sanches, do Coletivo Jovens e Meio Ambiente, Leonardo Câmara e Fagner, alunos da Escola da Família da Perimetral Norte – Efapen, fazem uma apresentação sobre como foi o intercâmbio realizado pelo Coletivo, com apoio do EPÉ e do ICMBio, na RDS do Iratapuru. Diego Paixão, engenheiro agrônomo e professor na Efapen parabeniza o Fórum e as ações do Coletivo Jovem e faz um convite aos órgãos que compõem o Mosaico a elaborar estratégias para informar os jovens sobre legislações, sua atuação, limitações, já que esses jovens são os interlocutores privilegiados de seus pais com o estado e com as políticas públicas. Marcos Pinheiro provoca a plenária a debater com os jovens sobre o Fórum Jovem do Mosaico, idealizado pelo Coletivo, a fim de alinhar encaminhamentos como a escolha do local e data, considerando o indicativo de julho (já que há férias escolares), como aponta Paulo Russo, do ICMBio. Marcos Pinheiro relembra a necessidade de atrelar essas ações à Conferência Nacional da Juventude, que se realizará em dezembro de 2015. Paulo Russo fala, a seguir, sobre os projetos oferecidos pelo IIEB com apoio do Fundo Vale através de edital para pequenos projetos, e de cuja banca selecionadora fez parte. Encerrada essa fala, Décio Yokota e Marcos Pinheiro falam sobre o Seminário de Áreas Protegidas do Escudo das Guianas – Sapeg - e sobre a iniciativa do lado paraense em estabelecer mais um Mosaico que dialogue com o Mosaico da Amazônia Oriental, e Marcos Pinheiro faz uma narrativa desse processo. Falando sobre o contexto abordado pelo Seminário, Décio convida Rui Albuquerque, da Secretaria Estadual de Meio Ambiente – Sema para apresentar o Fundo Fiduciário instituído pela Sema, apoio da Conservação Internacional. Ele fala, em linhas gerais, sobre o funcionamento do Fundo, suas limitações e objetivos.

Diante das perguntas da plenária, Marcos Velho sugere que, dada a complexidade do assunto, tão estratégico para o Mosaico, esse Fundo seja ponto de pauta da próxima reunião. Os trabalhos da tarde são abertos com a apresentação do Protocolo de Consulta e Consentimento Wajãpi, iniciativa pioneira que regulamenta a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, por Viseni Wajãpi e Makaratu Wajãpi. Bruno Caporrino, do IEPÉ, pede a palavra para fazer alguns esclarecimentos sobre a Convenção, o direito à Consulta, o contexto do Protocolo Wajãpi e seus usos, como por exemplo a consulta que o Incra deverá fazer aos Wajãpi, através do Protocolo, quanto aos Projetos de Assentamento da Perimetral Norte, em função dos resultados dos trabalhos do Grupo Executivo criado pela Portaria 657 para tal fim, sob demanda dos Wajãpi junto ao Ministério Público Federal referente aos limites do Projeto de Assentamento Perimetral Norte e a Floresta Estadual do Amapá, Flota. Respondendo às perguntas da plenária, encerra-se a apresentação, cabendo a Marcos Pinheiro fazer uma devolutiva ao Conselho sobre os trabalhos realizados pela Secretaria Executiva, como a oficina para consolidação do Plano de Comunicação, os trabalhos em prol do fortalecimento da iniciativa com os jovens, como o intercâmbio na RDS do Iratapuru, mencionando o SAPEG Amapá e, por fim, detendo-se na exposição dos resultados do “Seminário Interno para Elaboração do Plano Estratégico do Mosaico de Áreas Protegidas da Amazônia Oriental para 2015”. A seguir, Marcos propõe um exercício através do qual os conselheiros pontuem quais das atividades levantadas no referido seminário deverão ser priorizadas, quais sejam, em ordem de número por votos: fórum jovem; seminário de mosaicos (eventos); e estudos: estudo sobre a consolidação das cadeias produtivas e plano de proteção e mapa de conflitos. Quanto ao Fórum, Marcos pergunta qual seria o indicativo de data e quais seriam as estratégias para colocar isso em prática, ao que Paulo Russo alerta que é possível fazer dele uma conferência livre da Conferência Nacional da Juventude, aproveitando o fato de que, por mobilizar comunidades tradicionais nesse Fórum do Amapá, as vagas para a Nacional são garantidas. Sistematizando o debate, Marcos pergunta a Bárbara Cardoso (Babbi), Charly Sanches e Paulo Russo qual seria o indicativo de data entre a segunda quinzena de agosto e a primeira de setembro. Quanto à divisão de atribuições deliberou-se que encarregam-se de assumir referência a essa ação no âmbito da Secretaria Executiva do Mosaico Edilza, Paulo e Rui Albuquerque, da Sema. No que concerne ao estudo sobre as cadeias produtivas, sr. Braz salienta que ocorrerá em Laranjal uma reunião de governo com as instâncias produtivas locais, à qual se dispõe a ir como ponto focal do Conselho. Com base na fala de sr. Pedro Amaral sobre a importância do estudo relativo à consolidação das cadeias produtivas, Marcos tece considerações sobre as dificuldades enfrentadas por esse Conselho quanto ao encaminhamento de pautas relativas a esse assunto, ao que Bruno Caporrino salienta que, desde que o Mosaico foi reconhecido, Paulo Russo alerta para a necessidade de estabelecimento de sua identidade. Com base nessa discussão, e tendo isso em

mente, argumenta Bruno, será fundamental considerar a discrepância entre a filosofia do Mosaico, segundo a qual a gestão das áreas protegidas é mais efetiva mediante o fortalecimento das populações do entorno, no caso, agricultores familiares e extrativistas, e a sua própria composição, uma vez que, em atenção a essa filosofia, a sociedade civil que ocupa o Conselho é predominantemente formada por agricultores e extrativistas, mas nenhum órgão de governo afeito às cadeias produtivas está representado, finalizando com o apelo para que se considere isso quando do debate sobre a recomposição. Acerca do Plano de Proteção e do Mapa de Conflitos, Cassandra expõe a iniciativa de Tânia Pacheco, organizadora de um site chamado “Conflitos Ambientais”, que sistematizam mapas de conflitos, análogos a algumas iniciativas já iniciadas pelo Iepa, por exemplo, em vez de começar todo o trabalho do zero, e insta para que o esforço do Conselho recaia sobre a sistematização e potencialização do que já está sendo feito. Rui Albuquerque coloca a Sema à disposição do Conselho com toda a base cartográfica que há na instituição, sendo Cassandra ponto focal quanto ao Mapa de Conflitos, e Paulo Russo como ponto focal para a sistematização de informações e trabalhos já existentes pró Plano de Proteção. Quanto ao Seminário de Mosaicos, consideram que, já que há a rede de Mosaicos, ISA, WWF e IEPÉ, vão-se articular essas instâncias para viabilizar esse seminário. Com esse encaminhamento encerram-se as atividades do dia. Os trabalhos do dia 18 são abertos com o relato de Marcos Pinheiro sobre o trabalho realizado pela Secretaria Executiva em prol do Plano de Comunicação. Marcos Velho faz um informe sobre a Conferência Nacional de Segurança Alimentar a fim de demonstrar como a segurança alimentar é reflexo da agroecologia, e sobre como tudo isso se relaciona intimamente com esse Mosaico, de modo que a Secretaria Executiva do Conselho poderia elaborar iniciativas para atrelar as ações e debates que ocupam o conselho às conferências, e lembra que esse tipo de instância, como as conferências, é fórum privilegiado para influenciar políticas públicas e projetos, sugerindo que o Mosaico ocupe espaço nesse fórum, através de banner, stand, ou outra iniciativa. Em seguida, informa sobre a Conferência de Agroecologia que ocorrerá em Belém. A seguir, Marcos Pinheiro passa a palavra para Marcos Kowarick, coordenador do Grupo Executivo criado pelas portarias 657 (25/11/2013) e 250 (13/05/2014) do Incra para propor a adequação dos perímetros dos assentamentos em função da Flota, expondo os resultados da 1ª fase, quando foi feito o diagnóstico. Explica que o estado do Amapá não recebeu as terras federais quando tornou-se ente federado (constituente de 1988), por conta de estar em área de fronteira e de outros fatores e que essa é a gênese dos problemas fundiários enfrentados até hoje. Demonstra como o Amapá, contudo, pode regularizar seu ordenamento territorial ao ponto de se tornar o primeiro do Brasil a tê-lo completo e revisado. Reitera que os trabalhos realizados pelo GE foram feitos em regime de cooperação com o GEA, e que o problema detectado foi a incompatibilidade entre as bases cartográficas, chegando a haver 3 ou 4 polígonos diversos para um mesmo PA ou gleba, de

modo que o Grupo Executivo se focou em homogeneizar e unificar a base cartográfica, a fim de eliminar esses problemas, como no caso da Flota, cuja criação se baseou em bases diversas. O GE auditou 23 glebas, 26 projetos de assentamento e 4 territórios quilombolas. Afirma que, em virtude da recomendação do Ministério Público Federal, o PA Perimetral mereceu destaque especial, e contou com uma metodologia específica de auditoria, acompanhada pelo MPF e pelos indígenas. Passa a palavra a Mateus Pagliarini, que expõe a “Proposta para redefinição do perímetro do assentamento Perimetral Norte e da Floresta Estadual do Amapá, no entorno do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque e da Terra Indígena Wajãpi”. Frisa que nenhum lote do assentamento foi colocado dentro do perímetro da Terra Indígena, e que a demanda dos Wajãpi é relativa à suspeita de que haveria lotes fora do perímetro do Projeto de Assentamento. Fala sobre o Inquérito Civil Público instaurado pelo Ministério Público Federal a pedido do Conselho das Aldeias Wajãpi Apina, que temia pela expansão do assentamento. Assume que os assentados em questão estão de fato em áreas que hoje (desde 2006) fazem parte da Flota. Argumenta que estudos de campo do Incra revelaram que esses assentados já estavam nesses locais antes da criação da Flota. Mas pondera que o Incra falhou em evitar essa ocupação por parte dos assentados, limitando-se a referendá-la *a posteriori*. Explica que há um relatório dos trabalhos de campo dessa equipe, do qual o MPF tem uma cópia. Menciona que as propostas elaboradas pelo Incra para essa solução serão expostas aos Wajãpi através do seu Protocolo de Consulta e Consentimento, e faz um apanhado das três propostas: proposta 1 – o Perímetro do PA se restringe à soma das áreas dos lotes já parcelados (rechaçada pelos moradores do assentamento, porque se preocupam com a sustentabilidade da ocupação da região, já que seus filhos e netos precisarão de terras no futuro); proposta 2 – onde se estabeleceria uma faixa de 1.000m de largura entre os limites do Parna Tumucumaque e a Terra Indígena Wajãpi, excetuando-se os lotes já consolidados que se encontram a menos de 1.000m dessas áreas protegidas. Segundo essa proposta, a destinação seria manter uma área de Flota zoneada como de Uso Especial, conforme o próprio zoneamento da Flota do qual participaram os Wajãpi e assentados do PA. Ainda segundo essa proposta, todo o restante da área seria PA. Conforme Mateus Pagliarini, essa proposta também não agradou os envolvidos por conta da modalidade de ocupação da terra em regime de PA, que gera na região impactos resultantes da falta de consolidação das cadeias produtivas. A terceira proposta contempla a Proposta 2, com o diferencial de que o PA se reduziria aos limites dos lotes, ao passo que, a sul e a norte, se criaria dois Projetos de Desenvolvimento Sustentável – PDS, como uma resposta quanto à preocupação das pressões advindas de um PA. Reitera que o regime de PDS não promove titulação definitiva, ficando a cargo do Incra gerenciar a situação fundiária e o uso da terra. Além disso, explica, pela Proposta 3, se mantém a faixa de 1.000m. Mateus ressalta que o Incra conhece o Protocolo, esteve na terra indígena onde foi apresentado, e que o respeita e acata. Lembra

que o MPF está ajudando nessa interlocução, junto com o IEPÉ, para possibilitar o processo de consulta. Dr. Thiago, Procurador da República, pede a palavra para fazer algumas considerações. Observa que o tema da mineração em terras indígenas, que Marcos Kowarick comentou brevemente na introdução de sua fala, é de fato preocupante, e que o MPF expediu recomendação à anulação dos registros minerários incidentes sobre os Parques do estado, acatado pelo DNPM, e que a pedido da Apina (que mobilizou todas as associações indígenas do Amapá e Norte do Pará), impetrou uma Ação Civil Pública contra o DNPM solicitando a anulação absoluta dos registros minerários (de todas as modalidades e naturezas) em todas as terras indígenas da região, e que essa ACP foi julgada procedente pela Justiça Federal. Quanto à questão do GE, o Dr. Thiago relembra que ele surgiu de demanda da Apina relativa à sua luta em prol da Faixa da Amizade, e que está intimamente atrelada ao que os Wajãpi já vêm realizando nessa frente há mais de 15 anos, e que tem se refletido em ações afeitas à consolidação da Flota, com apoio do IEPÉ. Afirma que o MPF encampou a demanda que depois gerou a criação do GE, por verificar o avançado estado de consolidação por parte do Incra dos lotes que os próprios assentados estavam estabelecendo fora do perímetro. Relembra que nesse ínterim os Wajãpi conseguiram formalizar seu Protocolo de Consulta, amparado pela Convenção 169 da OIT e supra-legal, portanto arguidos pelo MPF, os Wajãpi deram parecer positivo à aplicação do Protocolo ao processo de consulta. Informa que o MPF já enviou recomendação aos envolvidos para que procedam a consulta através do Protocolo, e ressalta que o papel de promover a consulta é do Estado, e que o MPF tem o dever de assegurar que o Estado o faça. Pondera, contudo, que em virtude da mudança de governo, o MPF está se movimentando para assegurar a perenidade dessa sinergia (que envolve a Sema, o Imap, e o IEF), mesmo em virtude da mudança de governo. O próximo passo, adverte o Procurador da República, é promover reuniões para pactuar agendas e encaminhamentos. Finda a explanação do Procurador, Marcos abre para falas e perguntas. Com a palavra, Pedro Amaral, de Sete Ilhas, que diz sobre a participação de sua comunidade nos trabalhos promovidos pelos Wajãpi quanto à Faixa da Amizade. O cacique Aretina (traduzido por Demétrio) Tiryó agradece a presença do Procurador da República, a fala do Incra, e convida o MPF à conferência de política indigenista. Tiryó. Kowarick, com a palavra, frisa que a principal recomendação do GE é a continuidade de seus trabalhos, e parabeniza o MPF pela ação contra o DNPM. Makaratu Wajãpi, da Apina e conselheiro titular do Mosaico pede a palavra para agradecer a vinda do INCRA do MPF e fala que é para isso mesmo que existem as reuniões do Mosaico, para solucionar em conjunto exatamente esses tipos de problemas, e salienta que a preocupação dos Wajãpi é com a pressão exercida pela expansão do assentamento a leste, motivo pelo qual deram início à Faixa da Amizade. O Mosaico, prossegue, é uma ampliação da Faixa da Amizade. Fala sobre a consulta prévia e o Protocolo de Consulta Wajãpi. Viseni Wajãpi, por seu turno, pergunta a Kowarick como o Incra vai iniciar o processo de consulta. Kowarick

argumenta que não seria só o Incra, mas também o núcleo gestor da Flota (Sema e IEF), que devem promover esse processo, e que isso tem que ser formalizado à Apina via MPF, para que se dê início à agenda de consulta. Dr. Thiago, por sua vez, afirma que o MPF está provocando os órgãos para que essa agenda seja pactuada, de modo a acompanhar mediando a consulta. Agradece o convite de Aretina e informa que vai fazer o possível para ir. Euryandro, do IEF, fala sobre o processo de construção do plano de manejo da Flota, dos percalços encontrados e aponta os avanços do GE para diminuí-los. Fala sobre o quanto a proposta da Apina para a Faixa da Amizade foi incorporada no Zoneamento e no plano de manejo originais da Flota, mencionando a Zona Primitiva e a Zona Temporária que existem no Módulo I, finalizando com um apelo para que o GE franqueie acesso ao Relatório do GE, haja vista que, mesmo insistindo, nem o IEF o conseguiu com o Incra, assim como a Apina. Por fim, coloca o IEF à disposição para o processo de consulta. Kowarick disponibilizou o relatório durante a própria reunião. Bruno Caporrino agradece a vinda de Kowarick, do Procurador, e salienta o quanto essa questão do GE e da Consulta se deve à luta histórica do Apina pela Faixa da Amizade, demonstrando na prática o quanto o Mosaico deve a ela, e que, portanto, esse é um diferencial desse Conselho: ele parte das bases, da iniciativa dos indígenas, dos assentados. Lembra que Marcos Pinheiro, na 3ª Reunião, expôs ao conselho as diversas fontes possíveis de financiamentos, e salienta que o Mosaico é também uma plataforma para conseguir captar e organizar recursos, demonstrando como o caso da Consulta é um bom exemplo, já que o Incra argumentou não dispor de recursos para promover as reuniões (já que isso exigiria dotação orçamentária específica), e o Mosaico poderia encampá-la a fim de promover sua realização viabilizando meios, equacionando logísticas, promovendo sinergias, de modo que a falta de recursos no Incra para a consulta não seja um impeditivo à efetivação de um direito. Ubirajara fala sobre a importância do direito à consulta e sobre a necessidade do Mosaico apoiar isso através de todos os meios, como tem feito agora com o caso dos Wajãpi. Carlos, da Efaen, fala sobre as dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares na interlocução com o estado, que não os consulta e não faz ações de maneira participativa, privilegiando interesses de grandes grupos econômicos. Salienta que a consulta deveria se estender também ao agricultor familiar e apresenta queixas ao Incra. Marcos Kowarick expõe sobre manejo extensivo de caça e sobre a fragilidade na legislação que só obriga a confecção de planos de manejo florestais e não de caça. Dr. Thiago, com a palavra, agradece a todos. Os trabalhos da tarde são abertos com a fala de Marcos Pinheiro sobre a composição do Conselho, o papel do conselheiro e sobre o processo de recondução, frisando a importância da interlocução entre o Conselho e as comunidades e/ou órgãos que têm cadeiras, que é principal responsabilidade do conselheiro. Diante da necessidade (que consta no Regimento Interno) de recomposição, salienta que a legitimidade do Conselho só pode ser assegurada mediante a legitimidade das decisões das comunidades, que é dever do conselheiro promover, ao provocar reuniões, organizar debates

e levar os temas do Mosaico para as bases. Carlos, da Efapen, pergunta se haverá possibilidade de se criar mais vagas. Paulo Russo propõe que os conselheiros elaborem um protocolo para nortear o processo de renovação do Conselho, que pode se aplicar inclusive ao poder público. Sobre a recomposição e a atuação dos conselheiros, Luis Fernandes apresenta a situação atual da representatividade na RDS, e Edilza Serrano faz considerações sobre o acúmulo de cadeiras (em outros conselhos) por parte de alguns conselheiros, o que dificulta sua participação nas reuniões e também impede a democratização. Marcos Pinheiro afirma que as vagas já ocupadas são os fatores menos preocupantes face à demanda de outras instituições por cadeiras. Euryandro, do IEF, lembra que o regimento interno prevê que instituições percam cadeiras mediante ausência de seus representantes. Diante disso, Rui Albuquerque, da Sema, afirma que a secretaria deliberou indicar, doravante, apenas servidores do quadro efetivo, a fim de evitar os percalços advindos da natural troca de governo. Com base no debate, Marcos Pinheiro sistematiza os seguintes encaminhamentos: dado que a recondução não estará concluída a tempo de se realizar a VI Reunião do Conselho (pactuada para novembro de 2015), a Secretaria Executiva se encarrega de propor o edital (com seus filtros e recomendações) para conduzir o processo por parte da sociedade civil até agosto de 2015; e ao mesmo tempo, lançar a convocação aos órgãos de governo, mediante articulação da Secretaria Executiva e envio de ofício-convite com o edital. Pactua-se indicativo de data da VI reunião para novembro de 2015. Recebendo indicativos de pauta para esta próxima reunião, sistematizou-se: capacitação sobre legislação ambiental com foco em fundos, compensações e multas; cadastramento dos moradores do Módulo II da Flota pelo IEF (narrativa sobre o processo); fórum da juventude, além dos temas afeitos à rotina do Conselho a serem sistematizados pela Secretaria Executiva.